



HAL
open science

1996-2016 – A CPLP, Uma organização para quê?

Michel Cahen

► **To cite this version:**

Michel Cahen. 1996-2016 – A CPLP, Uma organização para quê?. Portuguese Studies Review , 2017, Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies, XXIII (1), pp.67-96. halshs-02470548

HAL Id: halshs-02470548

<https://shs.hal.science/halshs-02470548>

Submitted on 8 Feb 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Volume 23 • Number 1
Summer 2015

ISSN 1057-1515

Interdisciplinary

*Exploring the Crossroads and Perspectives of
Lusophone Studies II*

Special Issue

Editors: Ivana Elbl, Maria João Dodman,
Fernando Nunes, Robert A. Kenedy

PRS

VOLUME 23 • NUMBER 1

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

SUMMER 2015

1996-2016 – A CPLP, uma organização para quê?¹

Michel Cahen

*Université de Bordeaux, Institut d'études politiques de Bordeaux,
Centre de recherche "Les Afriques dans le monde"
(UMR n°5115 CNRS/Sciences Po Bordeaux)*

A CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – foi fundada em Lisboa a 17 de Julho de 1996, depois de longa e difícil gestação². Nessa altura, eu acompanhei com muito interesse essa formação, pelo que me apercebi de uma forte contradição entre os discursos ocorridos durante o período de preparação e a criação como instituição³. Com efeito, basta analisar as letras C, P, L, P para se constatar o forte peso ideológico que presidiu à sua fundação.

Na realidade, é pouco frequente nas relações internacionais ver nascer uma organização chamada “Comunidade”, quando se trata, afinal, de uma organização de estados: Organização dos Estados Americanos, Organização da Unidade Africana, depois União Africana, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Associação dos Estados do Sul Este Asiático, União Europeia (aliás que é mais do que uma mera organização de estados), etc. No caso da CPLP, foi atribuída a designação de “comunidade”. E não foi “comu-

¹A recolha de dados para este artigo acabou em fins de Junho de 2015. Foi apresentado na 4ª conferência da *Lusophone Studies Association*: “The Lusophone World in Progression: Historical legacy, Transnationalism & Development in Globalized Contexts/A Lusofonia em progresso: Legado histórico, transacionalismo e desenvolvimento em Contextos globalizados”, 28 de Junho – 1 de Julho de 2015, Mount Saint Vincent University & Saint Mary's University, Halifax (Nova Scotia, Canada). A minha presença em Halifax foi tornada possível mercê das ajudas do Consulado Geral de França na Províncias marítimas (Canada) e do Instituto de estudos políticos de Bordéus (França).

²*Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP* (Lisboa, 17 de Julho de 1996), 3 pp.

³M. Cahen, “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l’“institutionnalisation” de la Communauté des pays de langue portugaise”, *Lusotopie* 4 (1997): 391-433. Ver também Yves Léonard, “La Communauté des pays de langue portugaise, ou l’hypothétique lusophonie politique”, *Lusotopie* 2 (1995): 9-16.



nidade dos estados”, foi “comunidade dos países” (e uma versão inicial propunha “comunidade dos povos”). E não foi “comunidade dos países de língua oficial portuguesa”, o que era, no mínimo, verdade para os sete fundadores, mas “comunidade dos países de língua portuguesa” *tout court*, o que é altamente problemático. E, nos discursos do embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, ou de políticos como Mário Soares e tantos outros, nem se falou da “criação” ou da “fundação” da CPLP, mas da mera “institucionalização” da CPLP, visto, segundo eles, *a CPLP, na realidade, existir há séculos...* Os discursos sobre os “séculos de fraternidade”, sobre o “sangue comum”, no limite, podiam ser aceites no Brasil com a “pequena” exceção dos 49% de brasileiros negros ou pardos, mas eram inaceitáveis para os africanos, tanto mais que houve debates acérrimos nos PALOPs sobre a eventualidade e oportunidade da adesão⁴. Quer dizer: do lado português, e do lado brasileiro no pequeno sector da opinião pública que se interessava por este assunto⁵, verificou-se um neolusotropicalismo flagrante com toques de nacionalismo. Lembro-me por exemplo de um pequeno artigo no *Expresso*, a propósito do pedido de adesão da Guiné Equatorial (já, em 1996!), cujo título era: “A Gui-

⁴Caroline Bieger-Merkli, *La “Communauté des pays de langue portugaise”. Un espace inter-culturel de coopération basé sur la langue?* (Torino: L’Harmattan Italia, 2010), 330 pp., e veja em particular 191-219; Michel Cahen, “What Good is Portugal to an African ?”, em Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto, *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization* (Bristol (R.-U.) & Portland (Or.): Intellect Publishing, 2003), 83-98 (versão francesa: “Que faire du Portugal quand on est africain ?”, em *Le Portugal et l’Atlantique*, Arquivos do Centro cultural Calouste Gulbenkian (Paris–Lisbonne), 42 (2001) : 53-70).

⁵A relação do Brasil com a lusofonia e com a CPLP tem sido pouca estudada. No entanto, ver Caroline Bieger-Merkli, *La “Communauté des pays de langue portugaise”*, 231-239. Pelo menos um pesquisador brasileiro desenvolveu uma pesquisa crítica em várias publicações : Adriano de Freixo, “Brasil, Portugal e a construção do Espaço da Lusofonia”, *X Encontro Regional de História – ANPUH/RJ, 2002, Rio de Janeiro, Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História – História e Biografias* (Rio de Janeiro: ANPUH-RJ / UERJ, 2002); Adriano de Freixo, “Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa”, *Cena Internacional, Revista de Análise em Política Internacional*, 8 (1) (2006): 35-54; Adriano de Freixo, “As relações luso-brasileiras e a CPLP: algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia”, s.d. [2008], 18 pp.; Adriano de Freixo, *Minha pátria é a língua Portuguesa: A Construção da ideia da Lusofonia em Portugal* (Rio de Janeiro: Apicuri, 2009); Adriano de Freixo, “As relações luso-brasileiras e a CPLP: algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia”, em Fernando de Souza, Paula Santos e Paulo Amorim, eds., *As Relações Portugal-Brasil no Século XX* (Porto: CEPES/Fronteira do Caos Editores, 2010), 65-77.

né *espanhola* quer aderir à comunidade *portuguesa*”: imagine-se, se a Espanha quisesse também aderir a Portugal, que vitória retumbante não seria?⁶

Aliás, vou voltar a falar do caso da Guiné Equatorial, porque é uma boa ferramenta heurística para perceber o que é, hoje, a CPLP.

Vinte anos da CPLP

A CPLP vai festejar os seus vinte anos em 2016, portanto já é uma instituição com maturidade⁷. Desde a cimeira de Dili, reunida a 23 e 24 de Julho, de 2014, congrega nove Estados aqui citados por ordem cronológica de ratificação (os sete primeiros fundadores em 1997, e adesão dos demais) : Cabo Verde (7 Março), Brasil (25 de Março), Guiné-Bissau (8 de Maio), Moçambique (1 de Julho), Portugal (8 de Julho), Angola, (28 de Julho), São Tomé e Príncipe (28 de Outubro), Timor Leste (1 de Agosto de 2002), Guiné Equatorial (23 de Julho de 2014)⁸. A CPLP congrega, além dos membros de pleno direito, alguns “países observadores” (Ilha Maurícia, Senegal, Japão, Namíbia, Turquia, Geórgia). Finalmente, acolhe uma quantidade de “Observadores consultivos” que são ONGs, fundações, associações profissionais de língua portuguesa bem como algumas universidades, com os quais a CPLP assinou vários convénios e protocolos de cooperação⁹. A organização é dirigida por um secretário executivo, com mandato de quatro anos, seguindo a ordem alfabética dos nomes dos países (razão pela qual Portugal ainda nunca assumiu essa função): Angola (1996-2000), Brasil (2000-2004), Cabo-Verde (2004-2008), Guiné-Bissau (2008-2012) e Moçambique (desde 2012¹⁰). Reúne em

⁶“Guiné espanhola quer aderir à comunidade portuguesa. Movimentações da Galiza no mesmo sentido”, *Expresso*, 13 de julho de 1996. Este parágrafo é oriundo da minha comunicação, “Lusofonias/Lusotopias”, no colóquio “‘Espaço Lusófono’ 1974-2014. Trajectórias Económicas e Políticas”, Lisboa, 29-31 de Maio de 2014, CESA-ISEG/Fundação Calouste Gulbenkian.

⁷A CPLP publica, de vez em quando, livros sobre a sua própria história. Veja-se por exemplo: CPLP, *CPLP 2008. Construindo a comunidade. 12 anos vitalidade e dinamismo* ([Lisboa], 2008), 209 pp.; CPLP, *18 anos CPLP. Os desafios do futuro* ([Lisboa]: Secretário executivo da CPLP, 2014), 164 pp. Para uma história crítica da CPLP e da lusofonia, ver Caroline Bieger-Merkli, *La ‘Communauté des pays de langue portugaise’*.

⁸“Ratificação da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”, (Lisboa, 12 de Novembro de 1998), 1 p.

⁹Ver a lista dos “Observadores consultivos” e dos protocolos e convénios assinados no site oficial da CPLP.

¹⁰Trata-se do embaixador Murade Isaac Murargy.

conferência plenária de dois em dois anos (Lisboa 1996, Praia 1998, Maputo 2000, Brasília 2002, São Tomé 2004, Bissau 2006, Lisboa, 2008, Luanda 2010, Maputo 2012, Dili 2014). A partir da Cimeira de Brasília, em 2002, foram criadas as reuniões ministeriais sectoriais, tendo posteriormente ocorrido algumas delas, embora de forma desigual, do que se poderá inferir um significado político, como revela o quadro a seguir:

Reuniões ministeriais sectoriais da CPLP, 2002 – Junho de 2015

<i>Sectores</i>	<i>Reuniões ministeriais</i>	<i>Outras reuniões e reparos</i>
Defesa	15	A II ^a , em Luanda sobre a situação na Guiné-Bissau, 28 de Maio de 2009.
Justiça	13	
Trabalho e assuntos sociais	12	As reuniões incidiram em particular sobre a questão do trabalho infantil. A CPLP conjuntamente com a OIT, propuseram a celebração do 12 de Junho como “Dia internacional contra o trabalho infantil”.
Desporto	9	I reunião extraordinária e 5 conferências sobre “Juventude e desporto”.
Cultura	9	I reunião extraordinária
Educação	8	2 reuniões extraordinárias, cuja última (2015) decidiu sobre um “Relatório de Estatísticas da Educação da CPLP”.
Turismo	7	
Ciência	6	A 6 ^a adotou um “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 2014-2020”.
Ambiente	5	
Agricultura	5	I reunião comum com a FAO.
Telecomunicações	4	
Saúde	3	2 reuniões extraordinárias e uma reunião especial sobre mulheres e HIV; elaboração de um “Plano

(continua na página seguinte)

		Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP”.
Assuntos do Mar	3	A 1ª adotou a “Estratégia da CPLP para os oceanos”; a 3ª incidiu sobre a “Economia azul”.
Administração interna	3	I reunião de altos funcionários.
Igualdade de gênero	2	
Finanças	2	A 2ª tomou posição contra a dupla imposição de empresas dentro da CPLP
Energia	1	Na 1ª reunião, a 23 de Junho de 2015, em Cascais: criação da rede de energia da CPLP e apoio a Timor contra a Austrália para a delimitação das zonas marítimas
Comércio	1	
Administração pública	1	
Propriedade industrial	–	
Pesca	–	
Economia e empresas	–	Várias reuniões profissionais.
Assuntos parlamentares	–	

Fonte: Portal oficial da CPLP, www.cplp.org, visitado aos 20-27 de junho de 2015.

Um mero olhar neste quadro ilustra a fraqueza da CPLP em matéria de economia, comércio, pesca e finanças¹¹, assim como na cooperação parlamentar e na igualdade de género. Em contrapartida, os sectores cujo domínio da língua portuguesa é um critério fundamental parecem melhor enquadrados na CPLP, quer seja a Defesa e a Justiça (nomeadamente a formação

¹¹Alguns economistas portugueses cedo alertaram para a fraqueza dos laços económicos dentro do espaço da CPLP. Mesmo que esses laços se tenham fortalecido significativamente nos anos mais recentes, evidenciam fortes desequilíbrios estruturais. Sobre “os primeiros anos”, veja-se, por exemplo, os artigos publicados na revista francesa *Lusotopie*: João Dias, “Les importations portugaises actuelles en provenance des PALOPs et l’importance de l’ancien lien colonial”, *Lusotopie* 3 (1996): 93-101; Manuel Ennes Ferreira e Rui Almas, “Les contours économiques de la CPLP,” *Lusotopie* 4 (1997): 11-33; Joaquim Ramos Silva, “Les relations économiques luso-brésiliennes au temps de la mondialisation”, *Lusotopie* vol. 6 (1999): 55-89.

de quadros), quer seja o desporto, a cultura, a educação, o turismo e também a luta contra o trabalho infantil. No entanto, a famosa questão do Acordo Ortográfico – da competência do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado pela CPLP em 1999 – careceu de discussões suficientes entre os países, de modo que Angola o recusou e, em Moçambique, embora o governo tenha dado o seu acordo de princípio, o mesmo não foi (ainda) aprovado pelo parlamento¹². Cabo Verde adotou o Acordo para uma entrada em vigor até Outubro de 2016.

No entanto, estas iniciativas só constituem a CPLP enquanto organização inter-estatal. À margem da CPLP, mas no seu espaço, algumas organizações profissionais lusófonas têm sido bastante ativas¹³.

A CPLP num triângulo de contradições

O facto é que a CPLP parece funcionar. Todavia, este funcionamento sofre de uma contradição triangular entre, por um lado, a forte “carga ideológica” de ambição lusotropicalista na sua fundação, como já foi dito, por outro lado, a modéstia dos meios financeiros de que pode usufruir e, por fim, a relação diferenciada que os seus membros nutrem com ela. Talvez essa heterogeneidade, na visão do que pode ser a CPLP, seja a principal dificuldade da

¹²O IILP, cuja formação fora decidida quando de uma reunião em S. Luís de Maranhão (Brasil) em 1989, só se tornou realidade dez anos depois (1999), durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) em São Tomé e Príncipe. O IILP tem sede na Praia (Cabo Verde). A história do Acordo ortográfico ainda está para ser feita. É bem interessante ver as inúmeras polémicas que este Acordo ocasionou, que são todas significativas de posições políticas, sociais e culturais dos seus autores (por exemplo, António Emiliano, *O fim da ortografia. Comentário razoado dos fundamentos técnicos do Acordo ortográfico da Língua portuguesa (1990)* (Lisboa: Guimarães Editores, 2008) – este livro inclui na íntegra o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa). Para trabalhos académicos recentes, ver nomeadamente, na coletânea de João Cezar de Castro Rocha, ed., *Lusofonia and its Future*, Portuguese Literary & Cultural Studies (Dartmouth: Tagus Press & University of Massachusetts, 2013), a introdução deste: “Lusofonia – A Concept and its Discontents”, 1-12, e o artigo de Michelly Carvalho e Rosa Cabecinhas, “The Orthographic (Dis)Agreement and the Portuguese Identity Threat”, 82-95; para a recepção deste acordo em Portugal e no Brasil, ver a tese de Michelly Santos de Carvalho, *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e o significado da Lusofonia: análise comparativa*, tese de doutoramento em Ciências da Comunicação (Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2015), 285 p.; para a posição angolana, ver [Álvaro Gomes], *Parecer sobre o Acordo ortográfico de 1990. Redigido por solicitação do Ministério da Educação da República de Angola* (Luanda: H&I Edições, 2010).

¹³Por exemplo, a Confederação Empresarial da CPLP.

sua sobrevivência. Se a CPLP funciona, funciona sobretudo como uma organização inter-estatal e não como a comunidade que ela afirma ser. Isto foi bem visível com o abandono quase oficial em criar uma cidadania comunitária à semelhança da Commonwealth¹⁴.

Com efeito, para Portugal, a criação da CPLP foi, por assim dizer, identitária. Perdido o império colonial, a criação de uma lusofonia institucional foi mais ou menos pensada como dilatação da lusitanidade. Portugal sentia a necessidade de um espaço de projeção mais vasto do que o pequeno rectângulo metropolitano. Até a lusofonia foi feita pátria, com o uso e abuso da célebre frase de Fernando Pessoa, “*Minha pátria é a língua portuguesa*”, cujo sentido foi quase totalmente invertido no seu uso propagandístico. Vale a pena citar a passagem quase inteira:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. *Minha pátria é a língua portuguesa*. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enjoa independentemente de quem o cuspiu¹⁵.

Assim, a declaração de amor do escritor à sua língua, que exprime que ele vive na e pela sua língua, completamente desconectado de um território ou de uma identidade nacional ou plurinacional, é desviada do seu sentido, em inumeráveis discursos e artigos. Ou seja, o sentido original da frase “*Minha pátria é a língua portuguesa*” é invertido, passando a significar que “*A língua portuguesa é uma pátria*” e uma identidade comuns a muita gente espalhada pelo mundo.

No momento da criação da CPLP em 1996, a confusão entre lusofonia e lusitanidade era quase generalizada nas declarações de portugueses entusiasmados e do pequeno sector brasileiro que se interessou pela CPLP, o que inco-

¹⁴José Leitão, *Estudo sobre cidadania e circulação no espaço da CPLP* (Lisboa: Grupo de trabalho alargado sobre cidadania e circulação de pessoas no Espaço CPLP, [2007]), 102 p. Este relatório, elaborado a pedido da CPLP, concluía que não se podia avançar rumo à livre circulação dentro da CPLP e a uma cidadania comunitária, e propunha um vago “Estatuto do cidadão da CPLP”.

¹⁵Bernardo Soares (heterónimo de Fernando Pessoa), *Livro do Desassossego*, ed. de Jacinto do Prado Coelho (Lisboa: Ática, 1982), I: 16-17.

modava fortemente os dirigentes e intelectuais africanos que afirmavam, sim, falar português mas não serem “lusófonos”¹⁶. Para estes, a ideologia da lusofonia não era mais do que a versão contemporânea do lusotropicalismo de Gilberto Freyre adaptado por Salazar e Caetano¹⁷.

Para o Brasil, a relação com a CPLP foi também identitária para um pequeno sector do Itamaraty. Mas para a diplomacia brasileira em geral, mais ou menos herdeira da “política externa independente” dos princípios dos anos sessenta (antes do golpe militar de 1964), suavizada depois numa “política externa ecuménica”, a criação da CPLP foi mais uma ferramenta, como qualquer outra e com certeza não a mais importante, para ampliar a projeção da Federação, como frisou Adriano de Freixo:

para o Itamaraty, a CPLP tem sido uma questão absolutamente secundária, apesar de uma certa mudança na inflexão da política externa brasileira em direção a uma maior aproximação com a Ásia e a África, desde o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003¹⁸.

No entanto, a CPLP podia, por exemplo, ser útil para uma futura integração do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Também Portugal, agora membro da União Europeia, poderia ganhar de novo um certo interesse para o Brasil. Contudo, no essencial, as relações brasileiras com os países lusófonos continuaram bilaterais, sem ser necessária a mediação da CPLP.

Mas para os países africanos de língua oficial portuguesa, a adesão à CPLP foi *meramente* instrumental, sem qualquer afeto. Os PALOPs já tinham a sua própria organização, a Cimeira dos Cinco, na qual a presença de Portugal foi explicitamente recusada. E é bom lembrar que Cabo Verde, Guiné-Bissau e

¹⁶Veja-se, em particular, as declarações do escritor moçambicano Mia Couto, reproduzidas numa das poucas críticas precoces de intelectuais portugueses à ideologia da lusofonia: Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos Portugueses* (Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000), 71. Recentemente, veja-se, Mia Couto, “A lusofonia é uma ideia de políticos, que não é de todos nós”, entrevista em *Savana* (Maputo), 12 de Dezembro de 2014. Outra crítica precoce foi a de Fernando S. Neves, *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a Lusofonia* (Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000).

¹⁷Cláudia Castelo, “O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio”, 5 de Março de 2013, <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>.

¹⁸Adriano de Freixo, “Dez anos da CPLP”, 41.

São Tomé tornaram-se membros da CPLP depois de aderir à francofonia, que Moçambique já era membro da Commonwealth, e que Angola atrasou repetidamente a sua criação, a partir de 1994, por não querer ser membro de uma organização com Portugal sob a presidência de Mário Soares, acusado de ser favorável à Unita¹⁹. Ora, em 1996 e nos anos imediatos, Angola ainda estava em guerra civil, Moçambique ainda curava as suas próprias feridas, o Brasil não ambicionava dirigir a CPLP, embora não existisse um verdadeiro desafio de liderança dentro da organização. Até, “A expectativa era alta por não haver um país central”, o que podia ser uma vantagem para criar uma comunidade de novo tipo, como frisou o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos em Janeiro de 2009²⁰.

Pelo menos em duas ocasiões, pode dizer-se que Portugal conseguiu levar a CPLP a posicionamentos que não eram óbvios para todos os países fundadores, mas que foram do agrado de Portugal: a crise em Timor Leste depois do referendo de 1999 e, mais tarde, a situação na Guiné-Bissau.

Timor Leste, a lenta homogeneização dos pontos de vista

Hoje em dia, parece adquirido que os sete membros fundadores da CPLP sempre apoiaram a luta de Timor Leste para a sua segunda independência contra a invasão indonésia²¹. Na realidade, não é assim tão simples. O Estado português não reconheceu a proclamação da independência pela Fretilin pelo que, pelo direito português, Timor continuava a ser considerado um território português. Mas as poucas forças militares portuguesas presentes

¹⁹A União Nacional para a Independência Total de Angola era o grupo rebelde que combatia o regime do MPLA. A UNITA foi militarmente vencida em 2002 quando seu líder, Jonas Savimbi, foi morto ao 22 de fevereiro, numa operação do exército governamental, apoiada a nível das informações e da observação satelitar pelos Estados Unidos e Israel.

²⁰Agência Lusa, “CPLP: Organização frustrou expectativas que levaram à sua criação em 1996 – Boaventura Sousa Santos”, 9 de Janeiro de 2009, <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/656a3d5bof2545061534dd.html>.

²¹Depois de uma primeira proclamação da independência pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), em 1975, não reconhecida por Portugal, deu-se a invasão indonésia a partir de 7 de dezembro de 1975, que ocorreu sem nenhuma resistência por parte do exército português. No entanto, os elementos timorenses do exército português passaram para o lado da FRETILIN e ofereceram a primeira resistência aos Indonésios, antes da organização da guerrilha. Não se deve ignorar, no entanto, que a guerra de resistência foi também, pelo menos no início, uma guerra civil entre várias correntes timorenses.

no território não ofereceram nenhuma resistência, nem sequer simbólica, ao avanço das tropas indonésias – fato que foi ressentido, anos a fio, como uma vergonha nacional de que se evitava falar. Além disso, na mente de alguns anticolonialistas portugueses, devia adoptar-se o modelo de Goa, isto é, a reintegração de um pequeno território colonial português no grande estado descolonizado vizinho – no caso de Goa, tinha sido a Índia, no caso de Timor podia ser a Indonésia²², tal como devia acontecer com Macau em relação à China. Aliás, foi a própria essência da invasão indonésia que desencadeou a resistência e não a ideia em si de uma integração: desde o início, violentíssima e colonialista, ela foi completamente incapaz de considerar os timorenses como novos indonésios²³.

De facto, recomeçou-se a falar de Timor Leste depois do massacre de jovens timorenses no cemitério de Santa Cruz, a 12 de Novembro de 1991. Para infortúnio dos Indonésios, o massacre foi filmado pelo repórter Max Stahl que deu assim a conhecer ao mundo o que ocorreu em Díli. Os acontecimentos foram condenados internacionalmente e chamaram a atenção para a causa dos timorenses. Em Portugal, a Juventude Socialista organizou uma manifestação. Desde aí, *isto é, muito tarde*, Portugal iniciou efectivamente uma ação diplomática de internacionalização do caso timorense, cuja eficácia só se sentiu depois da demissão do ditador indonésio Suharto em Maio de 1998. Portugal restabeleceu as relações diplomáticas com a Indonésia em via de democratização, o que permitiu a retomada das negociações sob pressão das Nações Unidas. As chacinas de milícias pró-indonésias contra o resultado pró-independência do referendo em Timor, em 1999, geraram uma gigantesca mobilização popular em Portugal, por razões complexas relativas à ideia mesmo da nação na consciência popular portuguesa, que não cabe analisar aqui²⁴.

²²O próprio General Costa Gomes pensava assim.

²³Noam Chomsky, “La tragédie au Timor oriental et l'attitude des États-Unis”, *Lusotopie* 6 (1999): 247-250.

²⁴No mesmo momento, a terceira guerra civil angolana fazia centenas de milhares de mortes, e não provocou nenhuma emoção em Portugal. Para uma análise do “levantamento” português relativo a Timor, ver Miguel Vale de Almeida, “O epílogo do Império. Timor-Leste e a tarse pós-colonial portuguesa,” em M. Vale do Almeida, *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política de identidade* (Oeiras: Celta, 2000), 205-225. Veja também Michel Cahen, “‘Portugal is in the Sky.’ Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity and Lusophony,” em Éric Morier-Genoud e Michel Cahen, eds., *Imperial Migrations. Coloni-*

Qual foi a atitude do Brasil durante este período? Vale a pena citar as análises de Leandro Pepe e Suzeley Kalil Mathias, a propósito da posição brasileira:

... o governo brasileiro acompanhou atentamente os desdobramentos que pudessem vir à luz. Porém, não se envolveu diretamente na questão. Na época, o país buscava aproximar-se de países do sudeste asiático, pois eles apresentavam altas taxas de crescimento econômico e auspiciosos mercados consumidores. A Indonésia estava entre estes, expunha ao público consideráveis taxas de crescimento econômico e de formação de mercado consumidor profícuo. Não por acaso, a Indonésia estava entre os chamados « novos tigres asiáticos. Havia, assim, o receio de que uma posição peremptória por parte do Brasil a favor do Timor Leste pudesse azedar as relações com Jacarta. Receio este que esteve presente até o momento da efetivação da independência timorense. A primeira abordagem do governo brasileiro ao tema, segundo [Cunha^{*}] foi : "Desde a primeira hora [...] a posição brasileira foi de fidelidade ao princípio da autodeterminação, entendido este como direito do povo do Timor-Leste a expressar-se livremente sobre seu futuro, sem prejudicar as aspirações timorenses. Mas não cabia ao país assumir nenhum protagonismo naquele tema específico". O governo brasileiro não se encontrava, portanto, em situação confortável a respeito da questão timorense [porque entendia] que apoiar explicitamente a causa timorense poderia minar seus objetivos de estreitar laços com a região asiática²⁵.

O fim do regime militar no Brasil (1984-85), a demissão de Suharto na Indonésia (1988), a queda do Muro de Berlim (1989) e a consequente subida da questão dos direitos humanos na agenda política internacional, a vontade do Brasil de desenvolver um maior protagonismo nas Nações Unidas e a própria evolução em Timor Leste a partir do referendo de 1999 levaram a uma mudança de atitude do Brasil que, desde então, assumiu a liderança da intervenção das Nações Unidas no território²⁶. Mas, como pudemos verificar, essa

al Communities and Diaspora in the Portuguese World (Basingstoke (R.-U.): Palgrave MacMillan, 2012), 297-315. Sobre a segunda independência de Timor Leste, veja M. Cahen e I. Carneiro de Sousa, eds., *Timor, les défis de l'indépendance*, *Lusotopie* 8 (2001), 448 pp.

^{*} João Solano Carneiro da Cunha, *A Questão do Timor-Leste: Origens e Evolução* (Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, 2001), 200.

²⁵ Leandro Pepe e Suzeley Kalil Mathias, "O envolvimento do Brasil na questão timorense", *Lusotopie* 13 (2) (2006): 49-58, em particular 52-53.

²⁶ Djuan Bracey, "O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti", *Contexto Internacional* (Rio de Janeiro) 33 (2) (2011): <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000200003>; Vinicius Mariano de Carvalho, Rafael Duarte Villa, Thiago Rodrigues e Henrik Breitenbauch, eds., *Brazilian Participation in United Nations Peacekee-*

iniciativa não teve qualquer espontaneidade que se podia esperar do Brasil, por Timor ser uma antiga possessão portuguesa, portanto “lusófona”. Com certeza que o Brasil preferia a Ásia lucrativa à Ásia lusófona.

Uma palavra sobre os PALOPs em relação a Timor. Da parte de Cabo Verde, de Angola e de São Tomé e Príncipe, se não estou em erro, houve um apoio de princípio em relação à tomada de posições oficiais das Cimeiras dos Cinco, mas também um quase silêncio. A Guiné-Bissau de João Bernardo “Nino” Vieira estava mais preocupada com as importações de arroz da Indonésia do que em manifestar a sua solidariedade para com a Fretilin²⁷. Afinal, apenas Moçambique se manteve ativamente fiel à Fretilin e ao Governo timorense no exílio, cuja sede, justamente, era em Maputo.

No entanto, mesmo que a jovem CPLP enquanto tal não tenha sido o principal protagonista na questão timorense, parece muito razoável considerar que a sua criação em 1996 teve um efeito de “homogeneização” de posições no seio dos seus membros em relação a esse problema. Empurrados por Portugal e Moçambique, os outros membros, e em particular o Brasil, não podiam continuar de olhos fechados, sobretudo depois das chacinas das milícias indonésias após o referendo de 1999. Na viragem de 1999-2000, a causa timorense tornou-se assim um cimento da jovem comunidade. Novamente independente em 20 de Maio de 2002, o país passou a ser membro da CPLP.

A crise permanente na Guiné-Bissau

Quando da curta e violentíssima guerra civil na Guiné-Bissau em 1998, na qual o Senegal e a Guiné-Conakry intervieram com o envio de soldados para salvar o poder do presidente “Nino” Vieira, ameaçado pela rebelião da maioria do seu exército, liderada pelo antigo chefe do Estado-Maior, Ansumane Mané²⁸ – o “general Brik-Brak” muito popular entre a população –, a CPLP

ping Operations, Brasiliana (Journal for Brazilian Studies) (King’s College London), 3 (2) (Março de 2015), 196 pp.

²⁷O interesse em importar arroz da Indonésia não provinha apenas da insuficiente produção bissau-guineense, mas também, ao meu ver, da vontade de enfraquecer a economia orizícola da etnia balante, que dominava o exército.

²⁸O presidente Vieira, a 30 de janeiro de 1998, tinha exonerado o Chefe de estado maior, antigo herói da luta anticolonial, acusado de tráfico de armas com os rebeldes do Movimento das Forças Livres da Casamança (Senegal), quando tudo indicava que era o próprio poder que tinha organizado este tráfico desde 1982. A. Mané recusou servir de bode expiatório e atacou a presidência a 7 de junho de 1998. A intervenção de soldados senegaleses e

foi marginalizada pela intervenção das forças militares da Ecomog sob liderança nigeriana²⁹. Por detrás dessa rivalidade CPLP-Ecomog, jazia uma rivalidade entre França e Portugal pela disputa da hegemonia na Guiné-Bissau. No entanto, a intervenção da Ecomog também não teve sucesso e o país não estabilizou durante a conturbada presidência de Kumba Yala, marcada por um período instável que assistiu ao regresso ao poder de “Nino” Vieira, desta vez eleito contra o seu antigo partido, o PAIGC. Num contexto em que a Guiné-Bissau era cada vez mais descrita pelas organizações internacionais como um *Narco-State*, “Nino” Vieira acabou por ser assassinado a 2 de março de 2009, um dia depois de um atentado bombista ter morto o chefe do exército, o general Batista Tagme Na Wae³⁰. A CPLP, na sua reunião ministerial de Defesa, realizada em Luanda a 28 de Maio de 2009, condenou unanimemente o assassinato do Chefe de Estado, e insistiu para que se mantivessem as eleições previstas para 28 de Junho do mesmo ano. Este consenso foi importante numa situação de urgência³¹. No entanto, não foi por uma decisão da CPLP mas por um acordo bilateral (mesmo se ao abrigo da União Africana) que Angola enviou uma força militar para a Guiné, denominada Missang, em nome da irmandade entre o PAIGC e o MPLA do tempo da luta anticolonial. A Missang foi formalmente constituída a 21 de março de 2011 com o objetivo de apoiar a reforma do setor militar guineense, ao mesmo tempo que o governo de Luanda oferecia uma linha de crédito para o sucesso da mesma – mas é claro que assim Angola preparava também a sua entrada económica na Guiné, em particular no sector da bauxite. A CEDEAO e a CPLP (na prática, Angola, Nigéria e Senegal) deviam agendar um conjunto de reformas³².

guineenses (Conacri) para salvar o presidente reforçou o apoio da população ao campo rebelde. O centro cultural francês foi incendiado, por ninguém acreditar que o Senegal pudesse intervir sem a autorização e apoio da França. Mas as tropas estrangeiras mostraram-se incapazes de vencer os rebeldes e tiveram que ser vergonhosamente retiradas.

²⁹ECOMOG: Economic Community of West African States Ceasefire Monitoring Group, o braço armado da CEDEAO (Comunidade económica dos estados da África ocidental).

³⁰International Crisis Group, “Guiné-Bissau: Para lá da Lei das Armas”, *Briefing África* 61 (25 de Junho de 2009).

³¹CPLP, *Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau* (Luanda, 28 de Maio de 2009), 1 p.

³²International Crisis Group, “Para além dos compromissos: as perspectivas de reforma na Guiné-Bissau”, *Relatório África* 183 (23 de Janeiro de 2012), 44 pp.

No entanto, a 12 de Abril de 2012, militares guineenses atacaram o governo, alegadamente para prevenir uma ação angolana contra aquelas medidas, a pedido do Primeiro-ministro guineense Carlos Gomes Júnior, tendo saqueado a sua casa, compelido o presidente interino Raimundo Pereira a pôr-se em fuga e, no dia seguinte, assumiram (mais uma vez) o poder.

Angola retirou rapidamente as suas tropas e a Guiné-Bissau foi caminhando com grandes dificuldades rumo à estabilização.

Embora a CPLP tivesse sido, permanentemente, protagonista da crise na Guiné, e os seus estados membros – incluindo os governos civis da Guiné, quando os havia – tenham estado de acordo sobre as posições a estabelecer, não se pode dizer que a CPLP foi a organização mais eficaz no tratamento da crise.

Com o fortíssimo crescimento de Angola, com base exclusiva nas altas cotações do petróleo e a consolidação da sua elite riquíssima a partir de 2002-2005³³, com a forte entrada do Brasil em África, em particular em Angola, a partir de 2003 (1º governo de Lula), e depois com a crise em Portugal, a CPLP – ou melhor, não a CPLP como tal mas o “assunto da CPLP” – tornou-se um palco de expressão das novas relações de forças entre países “lusófonos”. Aliás, sempre existiu uma certa consciência dessa realidade na diplomacia portuguesa. Como escreve Armando Marques Guedes no prefácio a um livro publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, “toda a produção institucional, e o grosso dos esforços de conceptualização prospectiva quanto à Lusofonia, têm sido marcados ora por falta ou excesso de ambição, ora por incertezas. Vive-se, antes do mais, num limbo de indefinição”³⁴.

Proponho-me analisar, neste estudo, dois episódios: o da crise das relações diplomáticas Portugal-Angola, em 2012-2014, e o da polémica entrada da Guiné Equatorial como membro de pleno direito na CPLP em Julho de 2014.

Portugal, o parceiro “estratégico” que nunca foi

Salvo durante os mandatos de Mário Soares, os vários governos portugueses foram sempre de um seguidismo impressionante (e confrangedor) para com

³³Ricardo Soares de Oliveira, *Magnificent and Beggar Land. Angola Since the Civil War* (Londres: Hurst and Co, 2015), 292 pp.

³⁴José Filipe Pinto, *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades* (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005), 744 pp.

Angola. Com base na ideia de que “Angola é muito importante para Portugal” e sem ver que, durante esses anos, “Portugal não era importante para Angola”, a política angolana de Portugal esforçou-se sempre por agradar ao máximo ao governo do MPLA. Ora, a eficácia de tal política foi nula porque, quanto mais a política do governo português se revelava favorável, mais as exigências do governo do MPLA subiam, no conteúdo e na forma³⁵. No entanto, a nível das relações diplomáticas, depois do fim da guerra civil angolana (2002), começou a falar-se em relações “estratégicas” entre os dois países. Portugal estava tanto mais interessado num Acordo deste teor, que mais de cem mil portugueses tinham entretanto emigrado novamente para Angola³⁶. Contudo, Portugal tornou-se “importante para Angola” a nível financeiro, como espaço privilegiado de extravasão para a alta elite angolana, cuja figura de proa é Isabel dos Santos, a filha do presidente José Eduardo dos Santos. Grandes empresas portuguesas bem como o governo, afundados numa longa crise, acolheram com bons olhos a exportação de capitais angolanos, sem averiguar atentamente a origem destes³⁷. Esta situação iria ser a causa de uma relativamente breve, mas violenta crise nas relações entre os dois países. Como a Justiça em Portugal é independente do Estado, entretanto foi lançada uma investigação sobre a origem de uma parte dos capitais. Ora, para o governo angolano, incapaz de aceitar tal concepção – independência da Justiça –, esse processo não passava de um complot de políticos portugueses, até mesmo dos do governo “contra Angola”. Pelo menos num ponto, o governo angolano tinha razão: o segredo da instrução não foi preservado e o lançamento da investigação foi conhecido. No entanto, bem se sabe que este tipo de fuga de informação, regra geral, é organizado pelos próprios funcionários para impedir que pressões políticas fechem o caso.

Em Julho de 2010, o presidente português Cavaco Silvo visitou Angola durante cinco dias – a mais longa visita de um presidente português. Tratava-se de desbloquear assuntos relativos a dívidas angolanas para com peque-

³⁵Michel Cahen, “What Good is Portugal to an African?”

³⁶Este fator faz lembrar a recusa de Portugal, mesmo depois de 1974-75, em votar a favor das sanções contra o regime do apartheid na África do Sul, receando que a comunidade portuguesa neste país – cujo regime do apartheid propositadamente exagerava a sua importância, falando até de “quase um milhão” de pessoas – tivesse que voltar de maneira precipitada para Portugal ...

³⁷Jorge Costa, Francisco Louçã e João Teixeira Lopes, *Os donos angolanos de Portugal* (Lisboa: Bertrand Editora, 2014), 144 pp.

nas e médias empresas portuguesas operando em Angola, de contatar a comunidade portuguesa estabelecida no país e, sobretudo, de avançar rumo a um acordo de “parceria estratégica” entre os dois países. Porém, a 9 de novembro de 2012, o semanário *Expresso* tinha anunciado que o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) tinha aberto investigações a Manuel Vicente, vice-presidente de Angola, e Manuel Hélder Vieira Dias ‘Kopelipa’, chefe da Casa Militar do presidente de Angola, também por suspeitas de branqueamento de capitais. Em Dezembro de 2012, o DCIAP tinha confirmado o caso. A notícia dessas investigações causou grande perplexidade, tanto em Angola como em Portugal, dado serem visadas duas das figuras mais relevantes do Estado angolano, e tanto mais que o *Expresso* é tido como muito próximo do PSD, no poder em Lisboa. O *Jornal de Angola* de 12 de Novembro falou de uma “campanha contra Angola [que] partiu do poder ao mais alto nível [tanto mais que a] PGR portuguesa é amplamente citada como a fonte da notícia. [As] relações entre Angola e Portugal são prejudicadas quando se age com tamanha deslealdade.”³⁸

Todavia, a 6 de Fevereiro de 2013, por ocasião da visita do então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas, a Angola, o *Jornal de Angola* ainda teceu loas às relações entre Portugal e Angola, provavelmente porque tinha sido anunciado em Lisboa a substituição da diretora do DCIAP, visando impedir a publicação deste tipo de informação. Dizia o editoralista num texto intitulado “Crescemos juntos” :

Os amigos conhecem-se nos momentos difíceis. Os angolanos sabem estender a mão da amizade a todos os que precisam, sem olhar a conveniências ou retornos. Portugal é um país amigo e mais do que isso: o executivo definiu-o como um parceiro estratégico. [Portugal] tem muito para oferecer a Angola nesta fase da reconstrução nacional [e a] colaboração de quadros especializados portugueses e conhecedores de Angola não é o menos importante, pelo contrário. [O que está em jogo] é tão grandioso que os pequenos acidentes de percurso, as atitudes disparadas com acrimónia por sectores da política portuguesa, as faltas de respeito e as deslealdades que prosperam em Lisboa contra Angola e magoam, não vão conseguir destruir a nova relação que nasceu com o 25 de Abril de 1974³⁹.

³⁸Ana Dias Cordeiro, “Jornal de Angola denuncia campanha contra Luanda ‘do poder ao mais alto nível’ em Portugal”, *Público* (Lisboa), 12 de novembro de 2012.

³⁹Celso Filipe, “Os 21 dias que mudaram a relação entre Portugal e Angola”, *Jornal de Negócios* (Lisboa), 27 de Fevereiro de 2013.

O editorialista dirigia-se sobretudo a “sectores da política portuguesa”, e não ao próprio governo. Mas sobreveio mais uma fuga, publicada no *Expresso* de 23 de Fevereiro, a saber que o próprio Procurador-Geral da República de Angola, João Maria de Sousa, estava a ser investigado pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) por suspeitas de fraude fiscal e branqueamento de capitais. Desta vez, a 27 de Fevereiro, o *Jornal de Angola* atacava fortemente Portugal:

Todos os investidores estrangeiros são bons para Portugal, menos os angolanos. Não há qualquer desconfiança dos que compram aeroportos, portos, companhias de aviação, de electricidade, posições maioritárias em bancos. Mas se algum angolano anunciar que vai investir num determinado sector, uma matilha ruidosa de comentadores avençados lança logo calúnias sobre o comprador e envenena os possíveis negócios com intrigas e desconfianças inaceitáveis. As elites portuguesas corruptas decididamente não querem nada com os investidores angolanos. Vai sendo tempo de respondermos na mesma moeda. E quem já investiu, que leia os jornais, oiça as rádios e televisões. Que lance um olhar, nem que seja de desprezo, para os angolanos que essas elites políticas e económicas elegeram como os seus heróis. Um país que valoriza lixo humano como se fosse ouro de lei não tem condições para receber um euro sequer de investimento. Quem promove bandidos a heróis não é de confiança⁴⁰.

A imprensa oficiosa angolana continuou a atacar repetidamente Portugal e agora também em casos sem relação alguma com assuntos financeiros. Assim, quando a viúva de Agostinho Neto, Maria Eugénia Neto foi condenada por difamação contra a historiadora portuguesa Dalila Cabrita Mateus⁴¹, o diretor do *Jornal de Angola* disse que a Justiça portuguesa tinha “dois pesos e duas medidas”, porque, num outro processo, uma queixa de generais angolanos contra o livro de Rafael Marques (ativista angolano ligado à Open Society de Georges Soros), *Diamantes de sangue*, tinha sido indeferida⁴². No dia 25 de Abril, aniversário da Revolução dos Cravos, o *Jornal de Angola* realçou que: “Não é de estranhar que seja em Madrid [e não em Lisboa que] hoje se

⁴⁰Filipe, “Os 21 dias.”

⁴¹M. E. Neto tinha declarado que Dalila Cabrita Mateus era “desonesta” e “mentirosa”. Dalila Cabrita Mateus, *Purga em Angola* (Lisboa: Edições Asa, 2007), 208 pp.

⁴²*Público*, “Jornal de Angola volta a atacar a Justiça portuguesa e as ‘elites corruptas’”, 22 de Abril de 2013 [artigo não assinado]. Rafael Marques, *Diamantes de sangue. Corrupção e tortura em Angola* (Lisboa: Tinta-da-China, 2011), 230 pp.

realiza um grande fórum de investidores europeus interessados em Angola”⁴³.

Apesar das apressadas visitas de ministros portugueses, apesar do vice-primeiro ministro português, Paulo Portas ter declarado que o “sistema judicial português não é lugar adequado para dirimir questões internas de outros Estados”⁴⁴, apesar do próprio ministro português dos Negócios estrangeiros, Rui Machete, a 4 de Outubro de 2013, ter apresentado desculpas públicas (pelo trabalho da Justiça do seu próprio país ...) ⁴⁵, o governo angolano manteve firme a sua recusa em avançar. A 15 de Outubro de 2013, o presidente angolano anunciou, durante um discurso na Assembleia Nacional, o fim das discussões sobre a referida “parceria”, alegando desentendimentos a alto nível e um ambiente político desfavorável⁴⁶. Apesar das ameaças veladas sobre o fim das exportações de capitais angolanos para Portugal, os investimentos da elite angolana não pararam, mas a comunidade portuguesa em Angola e, em particular as pequenas e médias empresas, corriam o risco de retaliações sob forma de investigações por putativas fugas ao fisco, ou perante incumprimentos potenciais das suas obrigações, à face da lei angolana ...

Vale a pena, no entanto, ler longos extratos deste discurso do presidente angolano, para avaliar o que se pode chamar “psicologia” da relação do poder angolano com Portugal:

... eu tenho fé que a esperança que se renova todos os dias e a confiança na construção de um futuro melhor para todos são fortes e serão o denominador comum que continuará a cimentar a unidade necessária à consolidação da Nação angolana e à construção da nova sociedade democrática, inclusiva e próspera [...].

Ora, Angola está integrada na economia internacional e sofre os efeitos dos seus constrangimentos. [...]

⁴³João Manuel Rocha, “*Jornal de Angola critica ‘elites corruptas e ignorantes de Lisboa’* num texto sobre o 25 de Abril”, *Público* (Lisboa), 25 de Abril de 2013.

⁴⁴Rocha, “*Jornal de Angola critica.*”

⁴⁵Diogo Cavaleiro, “Machete pede desculpas a Angola por investigações judiciais, MP garante autonomia”, *Jornal de Negócios*, 4 de Outubro 2013.

⁴⁶António Tomás, “The Angola-Portugal Connection: A Relationship of Mutual Dependency”, *Perspectives. Political Analyses and Commentaries*, Cidade do Cabo, Henrich Böll Stiftung (Regional Office Southern Africa) 3 (2014): 14-18; numerosos artigos na imprensa portuguesa, como Rosália Amorim e Luísa Meireles, “Angola anuncia fim da parceria estratégica com Portugal”, *Expresso*, 15 de Outubro de 2013.

De facto, o grande objectivo da política económica para a presente legislatura consiste na promoção da diversificação da nossa economia, por forma a tornar o nosso processo de desenvolvimento menos vulnerável e mais sustentável. [...]

Angola tem reafirmado na sua política externa o primado do respeito pela ordem constitucional e a resolução pacífica dos conflitos e diferendos, em especial no nosso continente, onde ainda prevalecem situações preocupantes no Mali, na República Centro Africana, no Sudão e Sudão do Sul, na Somália, em Madagáscar, na Guiné Bissau e na República Democrática do Congo.

O nosso país continuará a ser um membro activo da União Africana, da SADC, da CEAC e da CPLP e apresentou a sua candidatura a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015/2016.

No plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo. Com muitos deles tem uma cooperação económica crescente e com benefícios recíprocos.

O nosso país tornou-se um destino turístico e de investimento estrangeiro porque o seu prestígio e a confiança dos seus parceiros está a crescer.

Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada! [...]

Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos que pretendem constituir activos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção.

Não há razão para nos deixarmos intimidar.

A acumulação primitiva do capital nos países ocidentais ocorreu há centenas de anos e nessa altura as suas regras de jogo eram outras. A acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em África deve ser adequada à nossa realidade.

A nossa lei não discrimina ninguém. Qualquer cidadão nacional pode ter acesso à propriedade privada e desenvolver actividades económicas como empresário, sócio ou accionista e criar riqueza pessoal e património.

O cidadão estrangeiro pode criar empresas de direito angolano e integrar-se na economia nacional.

Um simples levantamento dos resultados das empresas americanas, inglesas e francesas no sector dos petróleos ou das empresas e bancos comerciais com interesses portugueses em Angola mostrará que eles levam de Angola todos os anos dezenas de biliões de dólares.

Por que é que eles podem ter empresas privadas dessa dimensão e os angolanos não?

As campanhas de intimidação que referi antes são feitas persistentemente contra os africanos porque não querem ter concorrentes locais e querem continuar a levar cada vez mais riqueza para os seus países.

Nós precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios, para sairmos progressivamente da situação de país subdesenvolvido.

Isto não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins pessoais. Há que separar o trigo do joio.

As nossas leis que regulam essas matérias são claras e devem ser continuar a ser aplicadas com rigor⁴⁷.

É impressionante constatar como o presidente angolano continua a utilizar algumas “palavras” marxistas para justificar o capitalismo selvagem. Considerando que uma burguesia nacional é necessária para o desenvolvimento do país e que “os angolanos” têm direito a serem burgueses pela via da “acumulação primitiva de capital”, justifica-se a concentração de riqueza num número reduzidíssimo de membros da elite ligada à presidência, o que “não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins pessoais”. Todos os países percebem isso, salvo Portugal com quem “têm surgido incompreensões a nível da cúpula”.

O que é interessante é o “dois pesos e duas medidas” do presidente e do governo angolano. Pouco depois, rebentou no Brasil um grande escândalo a propósito de uma rede de prostituição organizada, durante sete anos, por um general angolano, Bento dos Santos Kangamba, sobre o qual a Procuradoria-Geral brasileira fazia um inquérito⁴⁸. Tinha ordem de prisão no Brasil e o nome na lista de procurados na Interpol...⁴⁹ Ora, não houve qualquer reação das autoridades angolanas a propósito dos artigos na imprensa brasilei-

⁴⁷República de Angola, *Estado da Nação: O discurso do Presidente da República de Angola*, José Eduardo dos Santos (Luanda, 15 de Outubro de 2015), 13 pp.

⁴⁸Walter Nunes e Ernesto Paglia, “General angolano chegava a pagar US\$ 100 mil por sexo com brasileiras”, *Fantástico*, edição da Globo, 18 de Dezembro de 2013. A Globo descreveu assim o general Bento dos Santos Kangamba: “é general da reserva das Forças Armadas angolanas. Herói da guerra civil, líder político do partido do poder, o MPLA, ele é um dos maiores empresários do país. Com negócios na África e em Portugal, dono do time de futebol que é o atual campeão angolano, o general Bento tem forte ligação com o presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 34 anos. Ele é, simplesmente, casado com uma sobrinha do chefe de estado de Angola”.

⁴⁹*Público*, “General angolano acusado por tráfico internacional de mulheres”, 25 de Outubro de 2013 [artigo não assinado].

ra e contra a justiça daquele país. Encontra-se aqui de novo o “diferencial” permanente no relacionamento entre Angola e a antiga potência colonial e entre Angola e a antiga colônia de Portugal: mas, a meu ver, não é só porque o Brasil foi colônia, tanto mais que se foi colônia, não foi porque teve uma população *colonizada*, mas *colonizadora* (com a exceção dos índios); é porque é mais eficaz, politicamente, atacar e menosprezar Portugal do que o Brasil. Aliás, praticamente nessa altura, em França, foram apreendidos pelas autoridades alfandegárias francesas cerca de três milhões de dólares em dinheiro, encontrados “na posse de Bento Kangamba e outros indivíduos”. Mas este último atacou Portugal e não a França.

De qualquer maneira, o ministro de Negócios estrangeiros Paulo Portas já tinha indicado a via a seguir (*cf. supra*): a procuradora-geral de Portugal arquivou os processos mas “quentes”. Em pouco mais de 15 dias, o Ministério Público confirmou três vezes que os processos que envolviam altas individualidades angolanas tinham sido encerrados sem acusação. Primeiro foi arquivada a investigação que visava um depósito suspeito, feito pelo procurador-geral de Angola, José Maria de Sousa. Em seguida, uma empresa que tem como accionista único um dos enteados do vice-presidente de Angola recebeu e aceitou uma proposta do DCIAP para pagar uma indemnização e desta forma ver suspenso o processo-crime que corria contra si por fraude fiscal, falsificação e branqueamento de capitais. Finalmente, arquivou o processo de inquérito instaurado a Manuel Vicente, vice-presidente de Angola, ao governador da província de Kuando Kubango, a Francisco Carneiro, e à empresa Portmil, a 11 de novembro de 2013 (por ironia, dia da independência de Angola). Os argumentos são interessantes:

Manuel Domingos Vicente, Francisco Higinio Lopes Carneiro, e “Portmill – Investimentos e Telecomunicações, S.A.” vieram aos autos, voluntária e sucessivamente, trazer *os elementos documentais de suporte* das transacções financeiras detectadas nas suas contas bancárias, assim como fizeram prova de *rendimentos compatíveis com as operações referidas*.

Por outro lado, foi feita prova de que não têm antecedentes criminais em Angola, por crimes procedentes de branqueamento de capitais descritos no artigo 3680-A do Código Penal, nem processos-crime em investigação. *Como é pacífico na doutrina e na jurisprudência*, o crime de branqueamento de capitais *pressupõe a existência de certos crimes precedentes previstos no “catálogo” legal*, de cuja prática sejam provenientes os bens cuja origem se pretende dissimular.

A inexistência de crime precedente e a apresentação de elementos documentais de suporte das transacções financeiras, detectadas nas suas contas bancárias, constituem o fundamento do arquivamento do inquérito.⁵⁰ [grifo meu]

Assim, o fato de os dois homens de negócios terem trazido justificativos angolanos sobre as transacções financeiras, de terem, em Angola, rendimentos compatíveis com tais transacções, e enfim, o fato de, *em Angola*, nunca terem sido acusados de branqueamento ou desvios de capitais, enquadrava-se bem e “pacificamente” na doutrina e jurisprudência portuguesa, livrando-se assim do prosseguimento do inquérito... Bastava a justiça angolana fechar os olhos, para a justiça portuguesa decidir fazer o mesmo. A natureza política da decisão da PGR portuguesa é óbvia, tanto mais que o ministro português dos Negócios estrangeiros, Rui Machete, declarou, quando questionado sobre a tensão diplomática desencadeada duas semanas antes com o anúncio feito pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, da suspensão da parceria estratégica com Portugal, que “As relações nunca deixaram de ser, habitualmente, no quotidiano, normais. Há umas pequenas coisas que o tempo ajudará a resolver e a vontade dos homens”⁵¹.

Mas como os inquéritos ainda não arquivados envolviam Isabel e Welwitschea (Tchizé) dos Santos, filhas do Presidente angolano, e Hélder Vieira Dias “Kopelipa”⁵², as relações luso-angolanas não melhoraram, o que não impediu em nada a continuação de investimentos angolanos em Portugal ...

As más relações entre os dois países tiveram também mais uma causa: o pedido de adesão à CPLP da Guiné Equatorial.

Guiné Equatorial: rumo a uma “lusofonia económica”?

Após a fundação da CPLP, a Guiné Equatorial anunciou o seu interesse em entrar na nova organização. O fundamento oficial era que o país fora uma colónia portuguesa até ao Tratado de Pardo em 1778 que o cedera à Espanha, embora esta só começasse a colonização em 1861. Alegava ainda que cerca de

⁵⁰Procuradoria-Geral da República, Gabinete da Procuradora-Geral da República, “Nota para a Comunicação Social Vice-Presidente de Angola – Manuel Domingos Vicente”, Gabinete de Imprensa, 13 de novembro de 2013, 2 pp.

⁵¹Mariana Oliveira, “Processo que envolvia PGR angolano foi arquivado dois meses antes das desculpas de Machete”, *Público*, 29 de Outubro de 2013.

⁵²Mariana Oliveira, “PGR confirma arquivamento de investigação a vice-presidente de Angola”, *Público*, 13 de Novembro de 2013.

5000 pessoas⁵³ nas ilhas de Ano Bom (Annobóm) e de Bioko, falam um crioulo de raiz portuguesa, a Fá d'Ambô (Fala de Ano Bom), muito próximo do crioulo Forro do arquipélago de São Tomé, com quem tem proximidade cultural, além de linguística. O facto de querer aproximar-se da CPLP não mudou em nada a situação de miséria, abandono completo e repressão da população da ilha de Ano Bom, suspeita de autonomismo⁵⁴. A Guiné Equatorial é regularmente classificada como uma das piores ditaduras pelos movimentos de defesa dos direitos humanos, ao lado da Coreia do Norte ou da Eritreia, sendo sem interrupção dirigida pela mesma família desde a independência em 1968. A 3 de Agosto de 1979, um golpe de Estado afastou o primeiro ditador, Francisco Macías Nguema, em proveito do sobrinho dele, Teodoro Obiang Nguema que, desde então, é reeleito com um mínimo de 97% e um máximo de 99,99% dos sufrágios.

A 21 de janeiro de 1998, com a revisão da Lei Constitucional, o país adotou o francês como segunda língua oficial e tornou-se membro da Organização Internacional da Francofonia em 1989. Em 2004, Obiang apareceu como convidado-surpresa na V Conferência da CPLP em São Tomé, pela mão de Fradique de Menezes, presidente de São Tomé e Príncipe e pediu o estatuto de observador. Obteve-o em Julho de 2006, aquando da Cimeira de Bissau. Na VII Cimeira da CPLP, realizada em Lisboa em Julho de 2008, os chefes de Estado e do governo dos Estados-membros, segundo as palavras do pesquisador Gerhard Seibert, “reiteraram o seu compromisso para com a democracia, o Estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e pela justiça social”, princípios consagrados nos estatutos da comunidade. Ao mesmo tempo, realçaram “a necessidade de prosseguir a aproximação à Guiné Equatorial, privilegiando a difusão e o ensino da língua portuguesa no país e a promoção de um relacionamento bilateral económico e comercial, traduzindo a vontade política de apoiar a integração do país na comunidade”⁵⁵. Serão os dois compromissos compatíveis? Segundo Seibert e a grande maioria dos cientistas sociais que se expressaram sobre o assunto, a resposta era claramente negativa. Em março de 2010, um relatório da *Open Society Justice Initiative*

⁵³Segundo o site “L’Ethnologue” (www.ethnologue.com/language/fab). Veja-se também “OLAC Resources in and about the Fa d’Ambu Language” (www.language-archives.org/language/fab).

⁵⁴Iñaki Gorozpé, “Reivindicación política y particularismo en Annobón”, *Lusotopie* 2 (1995): 251-257.

⁵⁵Gerhard Seibert, “A ditadura de Obiang”, *Público*, 10 de Julho de 2010.

resumiu que, “ao controlar os sistemas político, económico e legal – e utilizando este controlo para se enriquecer –, o grupo de Obiang criou uma cleptocracia quase perfeita. Raramente tão poucos têm roubado descaradamente tanto”⁵⁶. No *Jornal de Negócios* (que não é de extrema-esquerda!), Marina Costa Lobo publicou uma bela tribuna, “Vender a CPLP por um barril de petróleo”⁵⁷.

Ao 21 de Julho de 2010, por mero decreto presidencial, foi oficializado o português como terceira língua, e a Guiné Equatorial apresentou formalmente a sua candidatura, como membro de pleno direito, na conferência de chefes de estado da CPLP que decorria em Luanda. No entanto, a adesão não foi aceite, por oposição de Portugal, o que ocasionou uma tensão entre Luanda e Lisboa, apesar de, naquele momento, as relações entre Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos serem boas. A conferência simplesmente recebeu a candidatura e decidiu

abrir negociações relativas ao processo de adesão conforme às normas estatutárias da CPLP; nesse sentido, [os chefes de Estado] mandataram a Presidência em exercício [isto é, Angola] e o Secretariado Executivo da CPLP [isto é, Guiné-Bissau] para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP, particularmente no que respeita à adopção e utilização efectiva da Língua Portuguesa; convidam a Presidência em exercício a elaborar um relatório de avaliação dos progressos realizados pela Guiné Equatorial, que será apreciado na próxima Reunião Ministerial e submetido aos Chefes de Estado⁵⁸.

Deste modo, o governo português não se opôs à abertura do processo⁵⁹, referindo somente a insuficiente “materialidade” do uso da língua portuguesa no arquipélago e, de forma muito suave, o não respeito pelos direitos humanos no paraíso dos Obiang. Com efeito, este assunto não aparece diretamente, mas apenas implicitamente na menção de um “processo de adesão conforme às normas estatutárias da CPLP” que condenam a pena de morte... No entanto, a partir do momento em que se aceita um processo de adesão

⁵⁶Citado por G. Seibert, “A ditadura de Obiang”.

⁵⁷Marina Costa Lobo, *Jornal de Negócios*, 24 de Junho de 2010.

⁵⁸VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua portuguesa, Luanda, 23 de Julho de 2010, Declaração de Luanda, 19 pp.

⁵⁹Parece ter havido uma divergência entre o presidente da República, Cavaco Silva, hostil e o Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros.

de pleno direito, torna-se complicado, depois, recusar a adesão. Porém, em Portugal, muitas associações e organizações de solidariedade internacional pronunciaram-se abertamente contra a adesão, justamente em nome dos ideais democráticos constantes da declaração da fundação da CPLP e ameaçaram deixar a CPLP onde têm a qualidade de “Observadores consultivos”.

De fato, a totalidade dos PALOPs apoiou a entrada da Guiné Equatorial⁶⁰ e o Brasil também, talvez de forma mais discreta. Recorde-se aliás a declaração de Lula: “Negócios são negócios”. Até Timor Leste, pela voz de Xanana Gusmão, antigo herói da luta contra a ditadura indonésia “rendido hoje à *realpolitik* como nunca o guerrilheiro se rendeu nas montanhas”⁶¹, apoiou com entusiasmo. Agora que Timor é produtor de petróleo, e que todos os países da CPLP, menos Portugal possuem pelo menos reservas petrolíferas identificadas, surgiu a ideia de transformar a CPLP em mais uma organização de países produtores, com a formação de consórcios de empresas petrolíferas de língua portuguesa⁶². Aliás Timor Leste se propunha comprar parte da dívida de Portugal, mercê do seu Fundo Petrolífero...⁶³

Na VII Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros, a 6 de Fevereiro de 2012, sob presidência angolana, aquando da inauguração da sede em Lisboa da CPLP, os países africanos pressionaram Lisboa. Houve o espectro de uma cisão. Angola ameaçou levar a sede da CPLP para Luanda⁶⁴. O ministro português Paulo Portas só conseguiu ganhar tempo e convenceu Eduardo dos Santos a adiar por dois anos a decisão da entrada da Guiné Equatorial⁶⁵. Depois, a questão dos direitos do homem foi reduzida à da pena de morte, que a Guiné Equatorial devia abolir. Setenta e duas horas

⁶⁰Aliás, o apoio, ou pelo menos a aceitação, não se limita aos PALOPs: a 26 e 27 de Junho de 2014, a capital guineense foi palco da cimeira da União Africana; e a II Cimeira Turquia-África, teve lugar em Malabo em Novembro de 2014 (isso esclarece também a razão da Turquia ser país observador da CPLP ...).

⁶¹... segundo as palavras de Madalena Homem Cardoso, médica, escritora e activista da solidariedade com Timor Leste em 1999: M. Homem Cardoso, “CPLP: à mesa dos canibais”, *Público*, 15 de Dezembro de 2014.

⁶²Murade Murargy, “Não sei que consequências teria para a CPLP a oposição de Portugal à entrada da Guiné Equatorial”, entrevista por Nuno Ribeiro & João Manuel Rocha, *Público*, 6 de Julho de 2014.

⁶³*Lusa/Jornal de Negócios*, “Timor-Leste pode comprar até 500 milhões de dólares de dívida portuguesa”, 16 de Novembro de 2010.

⁶⁴Portugal tinha tido dificuldades em encontrar uma sede condigna para a CPLP, o que finalmente foi conseguido no Palácio de Penafiel.

antes da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos oito Estados membros da CPLP, em Maputo, a 20 de Fevereiro de 2014, o governo equato-guineense anunciou oralmente uma “moratória”, isto é, uma mera suspensão da pena de morte, o que foi declarado suficiente, embora uma ONG tivesse denunciado o facto de o regime ter executado vários opositores, pouco antes da entrada em vigor da moratória. O governo anunciou também a abertura de um centro para a difusão da língua portuguesa. Isto mostra bem como é que a Guiné Equatorial concebia a sua adesão à CPLP: tomou, três dias antes da conferência, medidas que ela podia ter tomado logo em 2004...

Como a entrada de novos membros exige unanimidade, Portugal, único opositor, rapidamente deixou entender que ia aceitar, embora devagarinho. Em fevereiro de 2013, o governo português deu o seu acordo para a abertura de uma embaixada da Guiné Equatorial em Portugal, que abriu rapidamente (embora Portugal tivesse demorado a estabelecer a sua em Malabo). A 3 de Dezembro de 2013, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Campos Ferreira, defendia que ainda há “um caminho a percorrer” até uma eventual adesão da Guiné Equatorial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas mostrava-se “profundamente convencido” de que o processo teria um “final feliz”⁶⁶. Nos princípios de Fevereiro de 2014, soube-se que a Guiné Equatorial tinha sido autorizada a participar na recapitalização do banco português Banif⁶⁷. De fato, a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos oito Estados membros da CPLP, em Maputo, a 20 de Fevereiro de 2014, foi “unânime” em recomendar aos Chefes de estado da CPLP cuja cimeira ia reunir em Julho seguinte em Dili, que aceitassem a Guiné Equatorial como membro de pleno direito. A 4 de Junho de 2014, este país foi admitido na Confederação Empresarial da CPLP. E em Dili, o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Odiang, foi chamado à mesa pelo protocolo timorense como membro de pleno direito desta organização, antes mesmo da aprovação formal desta adesão...

A Plataforma das ONGDs portuguesas lamentou que “o bloco lusófono penhorou tudo aquilo que representa, em troca “de barris de petróleo”. [...]

⁶⁵Nuno Ribeiro, “Como Obiang isolou Portugal e fez xeque-mate em Fevereiro”, *Público*, 6 de Julho de 2014.

⁶⁶Lusa/*Público*, “Secretário de Estado português convencido de que adesão da Guiné Equatorial à CPLP terá ‘final feliz’”, 3 de Dezembro de 2013.

⁶⁷Celso Filipe, “O cheiro da hipocrisia”, *Jornal de Negócios* (Lisboa), 11 Fevereiro 2014.

Mesmo que houvesse intenções claras e credíveis, que o país estivesse a avançar para a abolição da pena de morte, continuam a acontecer execuções extrajudiciais de cidadãos da Guiné Equatorial, à margem de qualquer regime legal, com ou sem pena de morte”⁶⁸. O jornal *Público* publicou, poucos dias antes da Cimeira, um editorial retumbante sob o título “A lei da subserviência e da permissividade”, no qual disse que ia ser “um dos mais vergonhosos actos de submissão que a nossa história já registou”⁶⁹.

Para a Guiné Equatorial, embora o pedido de adesão expusesse o país a uma maior observação internacional, o interesse era óbvio: quebrar o isolamento internacional da ditadura e, enquanto pequeno país, produtor de petróleo, entalado entre gigantes como a Nigéria e os Camarões, entrar na CPLP, com a circunstância de se poder abrigar na asa protectora de Angola e do Brasil; além disso, a entrada na CPLP ia facilitar as exportações de capitais para Portugal e para a Europa, segundo o modelo angolano, enquanto em França persistiam as dificuldades ligadas aos processos dos “bens mal adquiridos”, nomeadamente por Teodorin Nguema Obiang Mangue, filho do presidente da Guiné Equatorial.

O principal conceito subjacente à adesão da Guiné Equatorial, foi o de ampliar a dimensão económica na CPLP, e até de fazer da CPLP uma organização não tanto definida pela sua língua, mas como área de atividade empresarial. O secretário executivo da CPLP, Murade Murargy, expressa bem este “sonho material” :

O outro pilar [...] agora é a cooperação económico-empresarial. Existe uma confederação empresarial que estava em estado de hibernação mas agora está, de novo, a ressuscitar sob a presidência de Moçambique. Quero que tenhamos um espaço económico que possa beneficiar a nossa classe empresarial, é a questão da mobilidade dos nossos cidadãos no espaço económico europeu. Não podemos ser uma comunidade sem essa mobilidade. [...] Temos de ter um conteúdo económico na CPLP, não podemos fugir a isso. Senão os outros entram. Se nós com todos os recursos que temos, e todos temos recursos – a extensão da plataforma continental de Portugal naturalmente que tem recursos -, mesmo à margem do petróleo, da madeira ao turismo, da agricultura à pesca, nos minerais, porque não desenvolvemos isso entre nós e abrimos brechas para que os outros entrem

⁶⁸Segundo as palavras de Pedro Krupenski, presidente da direção da Plataforma das ONGD. Lusa, “Plataforma das ONGD lamenta entrada da Guiné Equatorial no bloco lusófono”, 23 de Julho de 2014 (noticias.sapo.pt/portugues/lusa/artigo/18036148.html).

⁶⁹*Público*, “Editorial. A lei da subserviência e da permissividade”, 6 de Julho de 2014.

e tornem as nossas empresas não competitivas? [...] O Japão tem uma grande comunidade no Brasil e entre os planos de acção que estamos a elaborar com eles está a língua. Há literatura sobre o potencial económico da língua portuguesa. Hoje, nos acordos que Angola e Moçambique têm feito com a China, entre outros, há uma versão em português⁷⁰.

Será que “casar” a língua com negócios, sem nenhum condicionalismo político em termos de direitos humanos e progresso social, pode assegurar a vida da CPLP?

A CPLP, mais uma organização de tipo BRICS?

Como se sabe, apesar da sua heterogeneidade económica e política, o grupo BRICS conseguiu tornar-se um fórum importante de países emergentes ou/ de recente entrada no mundo capitalista⁷¹. Mas não se trata de uma comunidade como pretende ser a CPLP, trata-se de uma coligação político-económica para adquirir mais peso nas negociações comerciais internacionais. Para a CPLP adquirir mais dimensão económica teria que resolver problemas *não económicos* que nunca conseguiu resolver: estabelecer uma cidadania comum, permitindo a liberdade de circulação (em particular para os homens de negócios, mas não só), garantir a previsibilidade do direito (em particular comercial e económico), o que é antagónico com a natureza neopatrimonial hegemónica dos poderes em Angola, Moçambique e até Timor Leste⁷². Obviamente, mesmo sem isso, a dimensão económica pode avançar, como o mostra por exemplo o projeto de transformar a CE-CPLP num banco de desenvolvimento⁷³.

A previsibilidade do direito está fortemente ligada, no contexto internacional atual, à democratização. Ora, a CPLP demonstrou grandes fraquezas neste domínio, não só na questão da Guiné Equatorial. Por exemplo, as missões de observação eleitoral foram sempre de uma fraqueza (numérica e material) e ineficácia (política) total: como poderia ser diferente na medida em que tudo se deve decidir por consenso no seio de uma organização que inclui paí-

⁷⁰Murargy, “Não sei que consequências.”

⁷¹Organização de consulta e *lobbying* criada pelo Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.

⁷²Veja-se por exemplo a crise judicial, que não pude expor aqui, entre Portugal e Timor Leste, que provocou a expulsão de vários juristas portugueses.

⁷³*Jornal de Negócios*, “Confederação Empresarial da CPLP quer transformar-se em Banco de Desenvolvimento”, 17 de Novembro de 2014.

ses não democráticos? Essas “observações”, de fato, serviram unicamente para aumentar o grau de legitimidade das eleições organizadas pelos partidos já no poder. Não é por acaso que até Robert Mugabe (presidente do Zimbabué) convidou a CPLP a monitorar as eleições que ele organizava de maneira violenta no seu país ...⁷⁴

De uma maneira geral, pode-se constatar que, mesmo dentro da aérea da CPLP, as relações bilaterais foram sempre mais importantes do que as multilaterais dentro da organização. Pode-se, com certeza, dizer a mesma coisa da Organização Internacional da Francofonia, e até da Commonwealth. Mas a CPLP nunca conseguiu tornar-se um ator autónomo para com cada um dos seus membros, ou seja, ser mais que a expressão da diversidade dos seus membros. Afinal, a CPLP ficou, e tudo leva a crer que vai ficar, um anão político. Esta realidade agravou-se ainda mais com a entrada da Guiné Equatorial. Como o frisou muito bem Gerhard Seibert, “Uma vez integrada na CPLP, qualquer influência sobre a ditadura na Guiné Equatorial é impossível, visto que outro princípio da comunidade é a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado”⁷⁵.

Não quer dizer com isso que se deva dizer “adeus à lusofonia”. Apesar de todas as minhas críticas, não diria, como António Pinto Ribeiro, que é preciso “acabar de vez com a Lusofonia”⁷⁶. Aliás, quando se lê com atenção o artigo com o título provocador que ele publicou em 2013, percebe-se que não é bem da lusofonia que se trata, mas da *ideologia* da lusofonia, enraizada no passado imperial, não só saudosista mas completamente ineficaz para liderar relações com países tão diferentes como o Brasil, Portugal, Timor Leste e os PALOPs (e os PALOPs entre eles), enraizados em histórias e contextos regionais mais do que “lusófonos”. Mas a lusofonia não é somente uma ideologia. Em parte é, e justamente isso pode prejudicar a *lusofonia popular*. Dentro dessa lusofonia popular, o aspeto mais positivo da CPLP, que não releva direta-

⁷⁴Obviamente, a CPLP conta a história de outra maneira : “Um exemplo ‘extra Espaço da CPLP’ do prestígio internacional da CPLP nesta matéria veio do Zimbabué: a organização recebeu em fevereiro de 2008 um convite dos ministério dos Negócios Estrangeiros do Zimbabué para observar as eleições gerais de Março de 2008, que teve de declinar por não poder garantir a correcta preparação da missão num espaço de tempo tão curto” (CPLP, *18 anos CPLP*, 117).

⁷⁵Seibert, “A ditadura de Obiang”.

⁷⁶António Pinto Ribeiro, “Para acabar de vez com a Lusofonia”, supl. “Ipsilon”, *Público*, 18 de Janeiro de 2013.

mente dela como organização, mas como espaço, é o fato de ter favorecido o nascimento de toda uma série de organizações económicas, profissionais, culturais, científicas, desportivas, que se reúnem, tomam iniciativas, em suma, fazem viver esse “identidade leve” que é a lusofonia⁷⁷.

⁷⁷Michel Cahen, “Portugal is in the Sky”:

VOLUME 23 • NUMBER 1

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

SUMMER 2015



ISSN 1057-1515